

II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres Ana Falú, 17/08/2007

Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;

Sra. Marisa Letícia Lula da Silva;

Sra. Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Sra. Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente;

Sra. Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil;

Sra. Ministra Marta Suplicy, do Ministério do Turismo;

Sra. Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

Sra. Ministra Carmen Lucia, do Supremo Tribunal Federal.

Sra. Ministra Laura Albornoz, Ministra de la Mujer de Chile.

Sra. Ministra Maria Jose Argana, Ministra de la Mujer de Paraguay.

Representante del Senado.

Representante de la Camara Federal.

Sra. Jacqueline Pitanguy, presidenta do CNDM no período da Constituinte;

Sra. Carmen Helena Ferreira Foro, representante da sociedade civil integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Sra. Lucia Stumpf, Presidenta da UNE,

Boa noite a todas e a todos.

Esta é uma festa, a festa das mulheres do Brasil.

Em nome do Sistema das Nações Unidas, e do UNIFEM em particular, agradeço a honra de ser parte desta abertura e de compartilhar o compromisso com a promoção da igualdade de gênero neste país continental, líder regional e mundial; capaz de exercer influência na região.

Quero cumprimentar a Ministra Nilcéa Freire, que, com sua extraordinária capacidade, liderou o processo desta II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo 195 mil mulheres e dignificando a diversidade brasileira.

Cumprimento-a pela excelente gestão à frente da SPM e pela construção de uma expressiva liderança regional na América Latina e Caribe.

Felicito o Brasil, e o Presidente Lula, pela excelente colaboradora que escolheu para assegurar a agenda política das mulheres.

Sr Presidente, é uma honra para mim compartilhar esta somlemnidad como um líder mundial como Vossa Excelência.

Em nome do Sistema das Nações Unidas no Brasil e, particularmente, do UNIFEM, o Fundo das Nações Unidas para a Mulher, cumprimentá-lo pelo seu compromisso com os direitos das mulheres. Assim como ressaltar a importância do fortalecimento e continuidade das Secretarias de Estado voltadas para a promoção da igualdade racial, e dos direitos humanos.

As Nações Unidas querem felicitá-lo pela convicção e clareza com que tem definido como prioridade em sua gestão o combate à pobreza e às desigualdades sociais. Isto implica centrar as políticas na não discriminação das mulheres, com particular ênfase nas mulheres negras e indígenas. Sabemos que são a maioria entre os mais pobres, as trabalhadoras domésticas, os analfabetos.

E, como o senhor sabe, raça e etnia são um tema político, cultural, social e histórico.

O Brasil é um exemplo internacional, no enfrentamento das discriminações, que estamos convencidos são eixos estruturantes da matriz das desigualdades sociais no Brasil.

O ONU definiu Gênero e Raça como uma de suas prioridades estratégicas para o Brasil. Quero compartilhar com vocês que através do Grupo Interagencial de Gênero e Raça vamos implementar um projeto de apoio aos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres -SPM- e da igualdade racial -SEPPIR-, bem como ao Observatório da Lei Maria da Penha.

Cabe destacar que a Lei Maria da Penha, com sua atualidade e abrangência, é um dos resultados do acúmulo de lutas dos movimentos de mulheres e das feministas brasileiras e a sinergia com o governo.

O fortalecimento da sociedade civil e das mulheres organizadas é crucial para que se garantam de fato os direitos das mulheres, assim como é fundamental contar com organismos específicos a nível, não só federal, mas em cada estado e município, que garantam o acesso à saúde, educação de qualidade, ao trabalho decente, a cidades seguras, e um meio ambiente saudável.

Este momento de avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é uma oportunidade única. O Plano é um instrumento político de muita força, e o será ainda mais quanto maior a sua relevância como instrumento de planejamento governamental.

Muito temos avançado, mas ainda temos um acúmulo de dívidas sociais que exigem ação conjunta.

Para isso, é preciso ouvir as vozes das mulheres.

A delegação brasileira, liderada pela Ministra Nilcéa, acaba de retornar da Décima Conferência para as Mulheres da América Latina e Caribe, em Quito, Equador. O Consenso de Quito trata de algumas destas dívidas sociais.

Uma delas, é a participação política paritária das mulheres. A democracia do Brasil não pode permitir-se ignorar mais da metade da população.

É necessário avançar nas transformações políticas e também nas culturais, transformações que passam pelo exercício pleno dos direitos das mulheres, como os direitos sobre seus próprios corpos.

As mulheres do Brasil têm na Ministra Nilcéa, no Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e em Vossa Excelência e em diversas vozes do governo, parceiros comprometidos com seus direitos humanos.

Este é um momento promissor para a construção do desenvolvimento e da democracia inclusiva na América Latina, e o Brasil tem a capacidade de liderar este processo.

Muito temos avançado, mas ainda são muitos os desafios.

Um dos avanços importantes é este próprio processo, inclusivo, participativo, político, que resulta nesta solenidade, que reúne brancas, negras, jovens, indígenas, lésbicas, rurais, urbanas, pessoas com deficiências, enfim, a diversidade da nossa América Latina, que é a nossa riqueza.

Por isso, queremos celebrar esta Conferência, celebrar o fato de que o Brasil sediará a próxima Conferência Regional das Mulheres da América Latina e do Caribe.

Cumprimento em nome do Sistema das Nações Unidas, ao Senhor Presidente, à Ministra Nilcéa Freire, às autoridades, mas, sobretudo, às mulheres brasileiras.

Bom trabalho!